

# Eleição é rejeitada por 81 votos e 27 abstenções

As abstenções e o quorum baixo derrotaram a emenda dos deputados Augusto Carvalho (PCB-DF), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e dos senadores Maurício Corrêa (PDT-DF) e Meira Filho (PMDB-DF), que previa as primeiras eleições para governador, vice-governador e Câmara Legislativa do Distrito Federal para 16 de novembro deste ano nas Disposições Transitórias da Constituinte. A proposta não alcançou os votos necessários para sua aprovação e ficou prejudicada, já que apenas 256 constituintes votaram a favor, contra 81 e 27 abstenções.

A emenda não passou em função de uma manobra dos líderes governistas na Constituinte, deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (PFL-BA) que coordenaram um movimento no plenário para que muitos parlamentares não votassem. De fato, na votação anterior, que aprovou um artigo resultado de uma fusão de emendas na qual estava inserido o dispositivo que tratava das eleições no DF, houve um quorum de 401 parlamentares, enquanto a média de presença no plenário, durante a sessão de ontem, foi de 416.

## Quorum baixo

Antes do painel apresentar o resultado da votação o deputado Augusto Carvalho foi ao microfone para registrar uma previsão que tinha feito há dias: o quorum estava muito baixo e o objetivo era

## A esperança durou meia hora

Ao contrário do que costuma acontecer quando algum tema polêmico vai a voto, a apreciação da emenda que permitia as eleições no Distrito Federal este ano foi rápida e tranquila. Durou apenas trinta minutos e não teve nenhuma questão de ordem ou obstrução. Encaminharam a votação quatro oradores: os deputados Sigmaringa Seixas e Augusto Carvalho, a favor, e os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-GO) e Luiz Soyer (PMDB-GO), contra. Os discursos certamente não conseguiram alterar os votos do plenário.

O primeiro a ocupar a tribuna foi Sigmaringa Seixas. No seu pronunciamento ele lembrou que a nova Constituição não será a melhor de todas as Constituições, "entretanto é indiscutível que teremos alguns avanços, como nos direitos individuais e sociais, no federalismo e nas relações entre o Estado e a sociedade. Uma dessas conquistas é a maioria de Brasília, não teremos mais uma cidade cassada", afirmou.

Sigmaringa argumentou que não há autonomia sem governo representativo, que por sua vez só é legitimado através de eleições diretas. Finalizou pedindo eleições diretas já e lembrou que a situação do DF poderá ficar "insustentável se houver exoneração do atual governador ou vacância no cargo antes das eleições de 1990".

## Bancada não se manteve unida

Os deputados Francisco Carneiro e Márcia Kubitschek — ambos do PMDB-DF — realizaram ontem um eficiente lobby contra a aprovação das eleições diretas em Brasília, melhor até que o do Palácio do Planalto. Esta é a opinião dos deputados Lélio Sathler (PMDB/ES), Rose de Freitas (PMDB/ES), Raquel Capiberibe (PMDB/AP) e Maguito Vilela (PMDB/GO), que "indignados" com a atuação dos dois parlamentares de Brasília denunciaram ontem a "dupla militância" destes constituintes, já que pediram votos contra a matéria, apesar de terem votado a favor.

## Trabalho contra

Durante toda a sessão da Constituinte corria a informação que parlamentares do DF estavam trabalhando contra a aprovação das eleições em Brasília, mas ninguém ousava dar os nomes. No plenário, a agitação dos deputados Maria de Lourdes Abadia (PFL), Sigmaringa Seixas (PMDB), Jofran Frejat (PFL), Valmir Campano (PFL), Augusto Carvalho (PCB) e Geraldo Campos (PMDB) era frenética para conseguir a adesão dos votos dos indecisos. Os senadores Maurício Corrêa (PDT) e Pompeu de Sousa (sem partido), mantinham uma atuação discreta e muitas foram as conversas "de pé de ouvido" realizadas pelos deputados Francisco Carneiro (PMDB) e Márcia Kubitschek (PMDB), enquanto o senador Meira Filho (PMDB) permaneceu a maior parte do tempo sentado.

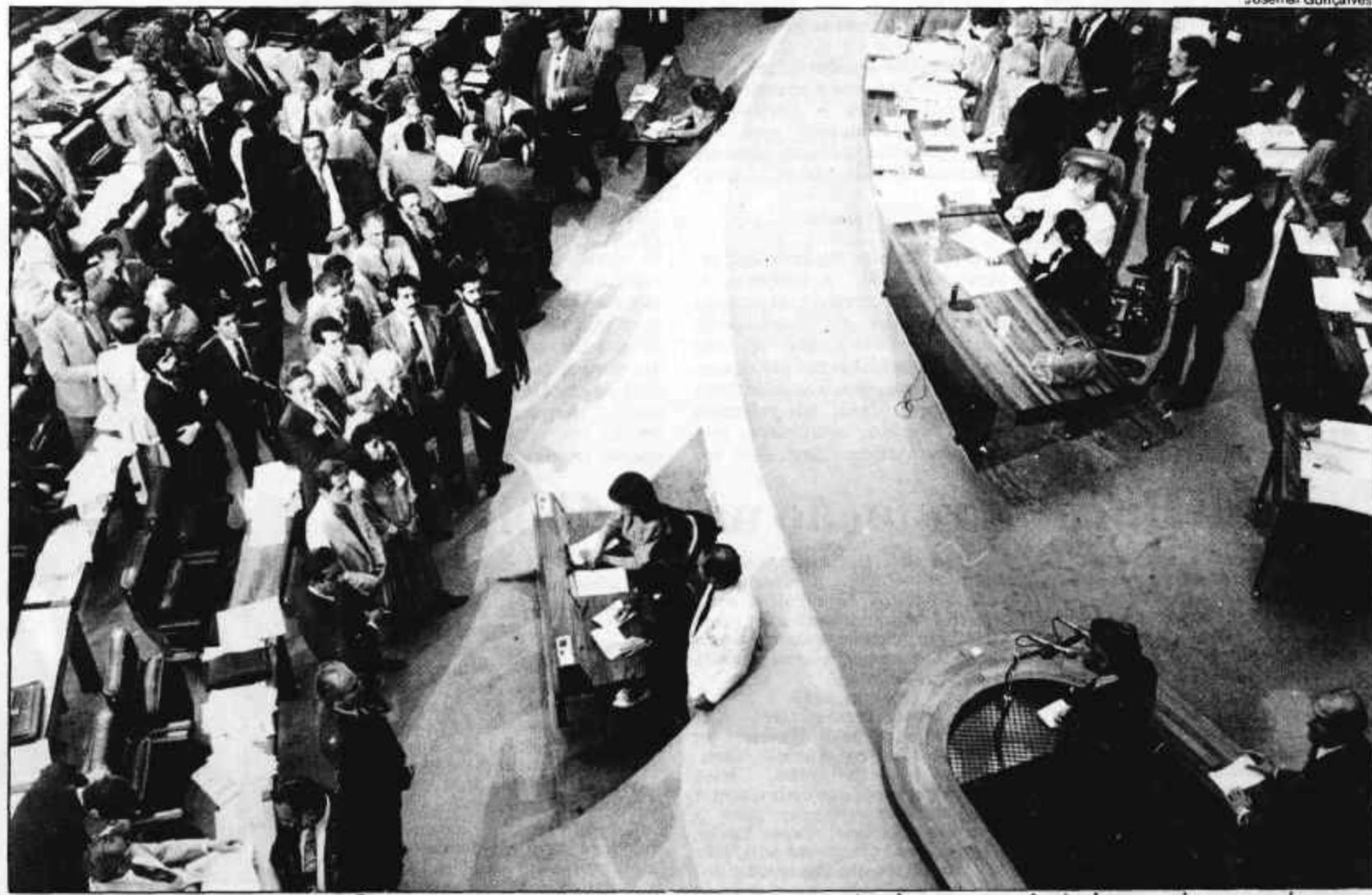
A agitação dos presidentes de partidos também era grande, principalmente da parte dos presidentes do PCB — Carlos Alberto Torres, do PDS — Carlos Alberto Zákkarewski, do PT — Orlando Cariello, do PFL — Osório Adriano, e do PMDB — Joselito Corrêa. A todo momento eram formados grupos para conversar com os constituintes ou para definir novas estratégias de apresentação da emenda, como, por exemplo, a conveniência dos deputados Sigmaringa Seixas e Augusto Carvalho discursarem a favor da matéria, já que são considerados de esquerda e o plenário é na sua maioria de moderados.

## Brigas

Até mesmo as brigas foram necessárias. O presidente do PDS, Carlos Alberto Zákkarewski, foi surpreendido pelo líder de sua bancada, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ), que lhe informou — antes da emenda entrar em votação — que o partido fecharia questão contra o assunto. Amaral Netto e Zákkarewski tiveram uma violenta

(ANC)

Cidade



Ao encaminhar a votação, Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) alertou para o perigo de ocorrer vacância do cargo de governador

## Como ficará o Buriti até 1990

### Prazos

O deputado Luis Soyer disse que era contra a emenda porque a autonomia do Distrito Federal precisa de prazos para ser implantada. Soyer tentou fazer um paralelo entre as eleições deste ano no DF e o mandato-tampão para os prefeitos, uma proposta derrotada 3ª feira passada, na Constituinte. Disse ainda que não seria justo Brasília ter eleições em 88 enquanto a nova Carta não dá esse direito aos novos Estados, acrescentando que Roraima, Amapá e Tocantins só poderão eleger seus primeiros governadores e deputados estaduais em 1990. Por fim argumentou que a cidade ainda depende do repasse de cerca de 38 bilhões de cruzados da União para se manter.

Augusto Carvalho lembrou que a reforma tributária aprovada pela Constituinte vai acabar com essa dependência. De acordo com o deputado, "pior do que o mandato-tampão de dois anos será o de um ano, pois o sucessor de Sarney terá que impor um governador até as eleições de 1990". Israel Pinheiro Filho — filho do primeiro prefeito do DF — afirmou que não via razão para não se esperar mais um pouco para Brasília eleger seu governador — uma proposta que ele sempre foi contra. A sua ideia era que somente as cidades-satélites pudessem eleger seus administradores.

### A solução neste caso, disse Cabral, seria José Aparecido permanecer no cargo até a posse de seu sucessor. Uma vez que o Presidente eleito em novembro de 89 não poderá indicar governador para o DF. De acordo com o deputado Roberto Freire (PCB/PE), entretanto, uma outra alternativa poderia ser apresentada: usar o mesmo procedimento dos estados para a vacância do cargo de governador. Nos estados quem assume o cargo, neste caso, seria o vice, o impedimento do vice, o presidente

da Assembleia Legislativa, e na sua falta o presidente do Tribunal de Justiça.

Brasília não tem vice nem presidente de Assembleia Legislativa, e, caso prevaleça esta hipótese, seria governador de Brasília de 15 de março de 1990 a 15 de março de 1991, a presidente do Tribunal de Justiça do DF, desembargadora Maria Thereza Braga, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral durante as primeiras eleições de Brasília — a de 1986 quando foi eleita a bancada do DF no Congresso.



Israel justifica o seu "não"



Múcio ouve Maria de Lourdes



Márcia (ao centro) aguarda

## Uma torcida pequena mas barulhenta

A votação da emenda que previa eleição para governador do Distrito Federal ainda este ano não levou muita gente às galerias da Assembleia Nacional Constituinte. Mas as poucas pessoas que conseguiram entrar fizeram barulho, se emocionaram e reclamaram, ao final, com a rejeição da proposta.

Do lado de fora do Congresso, como já vinha ocorrendo há dois dias, um grupo de cerca de 400 pessoas gritava "slogans" pedindo eleição para governador "Já". Eles chegaram às 15h00 e só saíram do gramado em frente ao Congresso às 19h00. Com bandeiras na mão, faixas no gramado lateral e painéis dando "Bom dia, Constituinte", o grupo pretendia mobilizar os parlamentares para a aprovação da

emenda. Impedido de entrar para as galerias — acesso só permitido com um convite — o grupo ficou sem o resultado da votação. A organização da manifestação, diziam todos, foi feita pelo secretário-geral do PMDB local, Múcio Athayde. Eles vieram de vários lugares. Da Vila Nova — invasão do Ceub — Gama, Ceilândia, Guarapuava e Taguatinga. A reclamação da maioria era com relação à habitação, já que todos ou são inquilinos, ou moram em invasões.

**Galeria**  
Do grupo que estava no gramado apenas 10 conseguiram entrar nas galerias, arranjando um convite na última hora. Durante os discursos favoráveis à emenda,

feitas pelos deputados Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e Augusto de Carvalho (PCB-DF), a galeria aplaudia efusivamente, obrigando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a acionar a campanha de pedido de ordem. Os encaminhamentos contrários à emenda — pelos deputados Israel Pinheiro (PMDB-MG) e Luiz Soyer (PMDB-GO) — foram vaiados.

No final da votação, derrotada a emenda por eleição direta para governador ainda este ano, as pessoas saíram gritando, tristes. Múcio Athayde ficou nas galerias esperando o resultado e não escondeu a deceção pela rejeição da emenda que abria espaço para sua eleição ao Governo do Distrito Federal.

Fotos: Josemar Gonçalves



Durante a votação, ajoelhada, Creuza rezou. O resultado levou-a ao desespero e às lágrimas



## Creuza Maria, o choro da decepção

Enquanto o placar eletrônico da Assembleia Nacional Constituinte computava os votos dos 364 parlamentares que votaram na emenda de eleição para governador do Distrito Federal este ano, dona Creuza Maria Rodrigues Dias, ajoelhada no chão, rezava. Mas não adiantou. Com o resultado definitivo, rejeitada a proposta, o jeito foi chorar.

Funcionária da Fundação Hos-

pitalar do Distrito Federal (FHDF) como agente de portaria do Hospital Regional da Ceilândia, Creuza Maria mora na Nova QNL, em Taguatinga. Para ela a saída do governador José Aparecido era a única alternativa de "melhoria da vida para as pessoas que não têm onde morar ou que comem".

A Brasília que os constituintes vêem é linda; eles precisam conhecer o outro lado da cidade",

desabafou descontrolada. Sempre amparada por um amigo, Creuza não conseguia parar de chorar. Falou muito, sempre entre lágrimas. Para ela, "é um absurdo um governo que deixa crianças desamparadas e famílias inteiras sem teto, expulsando-as para fora do DF. Tenho certeza de que foram os nossos próprios constituintes que nos traíram", disse ela ao sair da galeria, ainda chorando.

## Resultado revolta as lideranças

O clima entre os líderes e parlamentares brasilienses, após a derrota na Constituinte, era de frustração e revolta. De todos, o mais inconformado com a decisão do plenário era o presidente do Diretório Regional do PMDB, Joselito Corrêa. "O Governo receberá o troco", dizia a todo momento.

Apesar de todos eles garantirem que "a luta continua", o que se pressentia é que a campanha visava ao Palácio do Buriti sofrerá um reafecimento.

O presidente do Diretório Regional do PFL, Osório Adriano Filho, que assistiu à votação do plenário acompanhado pelo secretário-geral do partido, Paulo Goyaz, dizia, sem muita convicção: "Perdemos a batalha, mas a luta continua".

Para o presidente local do PDS, Carlos Zákkarewski, a decisão da Constituinte criou um impasse para o País, uma vez que o mandato do governador José Aparecido se encerra no ano que vem, enquanto a futura Constituição prevê eleição para governador do Distrito Federal somente em 1990.

Decepção estava também o senador Maurício Corrêa (PDT), um candidato em potencial ao Governo do Distrito Federal. Ele lamentou a derrota da emenda, que considerava como "a suspensão da cassação a que esta submetida a população de Brasília".

O secretário-geral do PMDB e candidato declarado ao Palácio do Buriti, Múcio Athayde, prometeu mobilizar o povo nas ruas para exercer uma pressão democrática pelas eleições.

Denunciando uma monobrasil, o senador Lélio Sathler (PDT) e o deputado Roberto Freire (PCB/PE), que apoiavam a emenda, afirmaram que vão continuar o trabalho de conscientização junto às bases.

## PV vai liderar fórum de debate

A criação de um fórum de debates com a participação de todos os partidos, sindicatos, lideranças comunitárias e entidades representativas, com característica jurídica e sede própria, e com o objetivo específico de levantar, discutir e propor sugestões para os reais problemas de Brasília. Esta proposta é do Partido Verde (PV), já apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e aceita por outras correntes políticas locais, e foi lançada ontem, logo após a rejeição da emenda que previa eleição para governador do Distrito Federal este ano.

A proposta, como explicou Bolívar Figueiredo, da executiva regional do PV, visa conscientizar a população brasiliense para ter participação direta na revisão e solução de seus problemas. A ideia, ainda embrionária, deve ganhar corpo nos próximos dias, com o apoio dos principais partidos existentes no DF. O fórum funcionaria como um governo paralelo, julgando os atos do executivo e procurando dar sugestões.

Na pauta inicial do fórum já estão o sistema de transporte coletivo, habitação e as questões ambientais. O órgão vai abrigar representantes de todos os partidos e poderá fornecer subsídios para o próximo governo que, segundo o texto da Constituição, em votação, será eleito em 1990, para um mandato de quatro anos.

Cobertura da votação: Angéla Tejo, Edna Dantas, Hugo Marques, Jairo Viana, Luis Eduardo Costa, Malu Pires e Maria Félix